



# “O MEC deve esclarecer o que pensa fazer em matéria de programas”

Alberto Gaspar, presidente da Associação Portuguesa de Professores de Inglês (APPI), defende que o Inglês deve ter um estatuto igual a qualquer disciplina do currículo em qualquer ciclo de escolaridade.

Sara R. Oliveira

01-10-2014

Gosto 4 Tweet 0 Partilhar 0



a a

comunidade

comentar

imprimir

Há nove anos que a Associação Portuguesa de Professores de Inglês (APPI) luta pela inclusão do Inglês como disciplina obrigatória no 1.º Ciclo. O que será uma realidade em 2015/2016 a partir do 3.º ano. A APPI está satisfeita com a medida que, na sua opinião, peca por tardia, e espera que a legislação a produzir nesta matéria “contemple, de uma forma justa e inclusiva, na diversidade das situações existentes, quem se tem dedicado ao ensino da língua no 1.º Ciclo nas AEC”.

Alberto Gaspar, presidente da APPI, considera que carga horária semanal da disciplina é extremamente reduzida no 2.º e 3.º Ciclos e lembra, nesta entrevista, o argumento recorrentemente utilizado pelo poder político de que o Inglês é, neste momento, uma língua de vocação e utilização universais. “Apenas 90 minutos por semana, no 8.º e 9.º anos, são demasiado escassos para desenvolver nos alunos os níveis de desempenho esperados superiormente”.

O Key for Schools é bem-vindo, mas critica-se a pressa na sua aplicação. A APPI reconhece a importância do certificado que tem o carimbo de Cambridge, como um “atestado de aprendizagens de valor universal”, mas, em seu entender, era preciso tempo para aplicar a prova nas escolas.

## EDUCARE.PT: A APPI, por diversas vezes, alertou o Ministério da Educação para a importância de ensinar Inglês a partir do 1.º Ciclo. Satisfeito com a decisão da tutela de tornar a disciplina obrigatória a partir do 3.º ano?

**Alberto Gaspar (AG):** A APPI tem lutado desde 2005/2006 pela inclusão do Inglês como disciplina obrigatória no currículo do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB). Recordar-se: o Inglês foi introduzido então no 3.º e 4.º anos como disciplina de oferta obrigatória, mas de frequência facultativa, com subsídio específico definido pelo Governo às entidades promotoras para o funcionamento desta oferta.

O Inglês tem estado, desde esse momento, na escola do 1.º CEB, mas não no currículo do 1.º CEB, com todas as consequências que esse estatuto de não paridade com as outras disciplinas acarreta. As razões

## ÚLTIMAS



Sair de casa nas fé

Andreia Lobo



O que oferecer às Natal?

Sara R. Oliveira



54,5% dos alunos querem ir par universidade, 6% só pensa concluir o 9.º ano

Sara R. Oliveira

## NOTÍCIAS

54,5% dos alunos querem ir par universidade, 6% só pensam concluir o 9.º ano

“Estamos a fazer cada vez mais recursos mais bem geridos”

Governo quer serviços mínimos greve à prova de avaliação dos professores

Municipalização da Educação: a intromissão à vida das escolas?

Sindicatos de professores entre

para a inclusão do Inglês como disciplina obrigatória no currículo do 1º CEB eram e são as que o poder político ao longo destes anos, não se tem cansado de invocar, estando à cabeça a razão seguinte: a língua inglesa é, no momento presente, uma língua de vocação e utilização universais nos mais diversos campos da atividade humana. Não se desenvolve esta afirmação, porque se considera desnecessário fazê-lo. Tal reconhecimento não implica que outras línguas não possam ser ensinadas também.

Quando no final do ano letivo de 2005/2006 o então ME consultou a APPI para conhecer a sua opinião sobre o alargamento do ensino do Inglês ao 1.º e 2.º anos de escolaridade, atendendo – como foi invocado pelo ME na altura – ao enorme interesse das autarquias municipais em oferecer a disciplina também nesses anos iniciais do 1.º CEB dado o êxito alcançado pela iniciativa, a Direção da APPI recomendou ao ME que não se fizesse esse alargamento sem se proceder a um estudo de avaliação independente sobre a experiência havida. O ME decidiu alargar o ensino do Inglês ao 1.º e 2.º anos e cedo se deparou com complexidades e constrangimentos motivados pelo surgimento de situações frequentemente difíceis de ultrapassar. Algumas até hoje.

Regressando à pergunta, a APPI está obviamente satisfeita com a decisão da tutela de tornar o Inglês obrigatório a partir do 3.º ano, só pecando por ter demorado tantos anos a ser tomada. A Direção da APPI espera que a decisão seja posta em prática no reconhecimento do trabalho realizado pelos professores que se têm dedicado ao ensino da língua nas AEC – “técnicos”, segundo o MEC – e na formação específica que têm adquirido, frequentemente a expensas próprias.

**E: As recomendações do CNE sobre esse assunto decalcaram, de certa forma, essas chamadas de atenção que a APPI fez nos últimos anos?**

**AG:** Em dezembro de 2013, a APPI foi convidada pelo CNE a exprimir a sua posição face ao assunto. Há a registar apenas uma similitude dos pontos de vista e recomendações expressas pela APPI a esse órgão.

**E: O que deve ser feito, a partir de agora, para que o Inglês seja ensinado no 1.º Ciclo? Quais os professores que devem assumir essa tarefa? Que formação devem ter?**

**AG:** A Direção da APPI tem conhecimento de que está a ser produzida legislação específica, como não poderia deixar de acontecer. O que se espera é que essa legislação contemple, de uma forma justa e inclusiva, na diversidade das situações existentes, quem se tem dedicado ao ensino da língua no 1.º CEB nas AEC. De um modo geral, os professores detentores de habilitação científica e habilitação pedagógica acreditadas devem assumir essa tarefa, se a habilitação pedagógica que possuem for especificamente direcionada para o ensino dos mais novos, na multiplicidade de cenários de formação.

**E: A APPI nunca contestou o Key for Schools, mas sim o processo, a “pressa” com que a iniciativa foi aplicada. O que deveria ter sido feito? O Ministério deveria ter esperado mais tempo?**

**AG:** A Direção da APPI sempre considerou que qualquer avaliação credível, porque organizada de forma competente e por entidades de prestígio reconhecido internacionalmente, externas ao MEC, como é o caso da Universidade de Cambridge, Reino Unido, é de saudar, visto que constitui, à partida, um fator de importância crítica para a avaliação do ensino e das aprendizagens realizados num período concreto. Esta tomada de posição não subestima a capacidade que os docentes portugueses de Inglês poderiam ter demonstrado na organização da prova, se para isso tivessem sido convocados pelo MEC!

O “modelo da Universidade de Cambridge”, porém, tem proporcionado evidências que bastem na organização deste tipo de avaliação, embora noutros cenários, para além da circunstância de ter sido a primeira vez que a iniciativa teve lugar em Portugal. Muito disparate, na ótica da direção da APPI, se disse e se escreveu a respeito De um pretense “neocolonialismo” nesta matéria.

O que a Direção da APPI tem criticado negativamente e dado a conhecer a quem de direito e à comunidade, por todos os meios e em vários locais, é o processo que conduziu ao início da realização do teste. A Direção da APPI sempre considerou que o MEC deveria ter usado de mais tempo – uma moratória entre o anúncio da iniciativa da aplicação do teste em setembro de 2013 e a data da aplicação do mesmo a partir de abril de 2014 teria sido um exercício de prudência indispensável – para proceder à divulgação da iniciativa, sensibilização e formação de professores e agrupamentos de escolas. Em termos práticos para se perceber melhor: o anúncio da iniciativa ocorreu em Setembro de 2013; poderia ter-se utilizado o ano letivo para fazer a divulgação, sensibilização e formação necessárias e suficientes, e aplicar o teste em 2014/2015. Se este tempo de preparação faseada tivesse tido lugar, é convicção da Direção da APPI que os atropelos nas relações de trabalho entre as partes envolvidas, as ordens e contraordens superiores, os ambientes dramáticos, de tensão localizada, em pleno funcionamento de aulas, note-se, com toda a sobrecarga de trabalho sobre os docentes que se voluntariaram para a tarefa, que este ambiente tenso que se viveu ter-se-ia largamente evitado.

**E: Os alunos do 9.º ano, no dia do exame, disseram que o exame tinha sido fácil, mas os resultados não refletiram essa facilidade. Como enquadra essa disparidade?**

**AG:** Não foi a primeira vez, nem será porventura a última, que se assistirá a essa disparidade, nas suas palavras. Impressões iniciais perante a prova que não se confirmaram? Abordagem ilusoriamente eficaz ao teste? Excesso de confiança nas auto-capacidades?

E: O IAVE referiu que depois da divulgação dos resultados iria analisar eventuais reajustes. Em seu entender, o que deverá ser feito? O que deverá manter-se e o que deverá mudar?

AG: Considero que a resposta à penúltima questão contém elementos identificadores do que deverá ser empreendido no sentido da mudança. É imprescindível que quem dá a cara pela iniciativa – os professores – se aproprie do que a mesma implica – adesão à iniciativa após o conhecimento cabal das implicações da mesma, para começar; o volume de esforço a despender; o saber fazer adequado à tarefa – no quadro de uma relação saudável com as entidades, promotora e executiva: o IAVE e os agrupamentos de escolas.

**E: Em julho, o IAVE revelava ao EDUCARE.PT que 20% dos alunos que fizeram o Key for Schools tinham pedido o certificado. Não será uma percentagem aquém das expectativas?**

**AG:** A Direção da APPI considera que a pergunta não lhe deve ser endereçada, uma vez que não tinha quaisquer expectativas a respeito. No entanto, reconhece a importância garantida deste certificado para os alunos: pela motivação dos mesmos e dos encarregados de educação e por se lhes representar como um atestado de aprendizagens de valor universal como é este tipo de certificados.

**E: O IAVE chegou a criticar a postura de alguns professores de Inglês que tinham de corrigir o exame de Cambridge. Houve atrasos nas correções? O que se passou?**

**AG:** A Direção da APPI não dispõe dos dados indispensáveis para responder a esta pergunta. Foi público que houve, por exemplo, num período curto - uma semana, aparentemente - centenas de professores que desistiram de colaborar no projeto para o qual se tinham voluntariado. Foi público, também, que esta desistência terá sido motivada pela ausência de condições para prosseguir, pela sobrecarga de trabalho nas escolas acrescidas da sobrecarga de trabalho que a execução do projeto Key for Schools implicava. Desconhece-se se e/ou em que medida estes factos terão tido implicações de alguma ordem no desenvolvimento do projeto.

**E: Defende que o Inglês deve ter a mesma importância do que as restantes disciplinas no 1.º Ciclo. Justificar-se-ia colocar lado a lado o Inglês com o Português e a Matemática?**

**AG:** A Direção da APPI sempre defendeu que o Inglês deveria ter um estatuto igual a qualquer disciplina do currículo em qualquer ciclo de escolaridade; compreende a importância central da língua materna não só pela sua condição de língua-mãe, mas também porque é a língua de ensino e aprendizagem de todo o currículo; compreende a importância da Matemática porque é uma chave crítica para o conhecimento e organização da realidade. Mas a Direção da APPI defende, também, que todas as disciplinas do currículo concorrem para que cada aluno possa interpretar e interrogar essa realidade.

A Direção da APPI considera que a terminologia "disciplinas fundamentais" que o MEC tem sustentado radica noutra terminologia mais antiga, igualmente classista e redutora: a que apelidava algumas disciplinas de "nobres", como se existissem "conhecimentos nobres" por oposição a outros "menos nobres".

**E: Em termos curriculares, está satisfeito com os programas ensinados e as horas dedicadas ao Inglês em cada nível de ensino?**

**AG:** Relativamente aos programas, pese embora a publicação das metas curriculares ou por isto mesmo, a Direção da APPI considera que o MEC deve esclarecer o que pensa fazer em matéria de programas, uma vez que os programas do 2.º e do 3.º CEB datam de 1995/1996. Não se contesta a qualidade dos mesmos, há que reconhecer, porém, que foram elaborados antes da publicação de uma série de documentos europeus de importância central para o ensino e a aprendizagem das línguas com todas as implicações didáticas decorrentes, de que é exemplo o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas.

Relativamente ao número de horas dedicadas ao Inglês em cada nível de ensino, a Direção da APPI tem apontado, de forma consistente, a carga horária semanal extremamente reduzida no 2.º e 3.º CEB, mormente neste último: não são poucos os agrupamentos de escolas que, no 8.º e 9.º anos, lhe atribuem apenas 90 minutos por semana, claramente demasiado escassos para desenvolver nos alunos os níveis de desempenho esperados superiormente, como ficou demonstrado, aliás, nos resultados obtidos pelos alunos do 9.º ano no teste Key for Schools.

**E: O Ministério da Educação e Ciência tem tomado as melhores decisões para um melhor ensino?**

**AG:** A Direção da APPI aponta uma postura de fundo do MEC face ao exercício do ensino que tem agravado as condições, os processos e os resultados do mesmo: tem fomentado numas situações e permitido noutras que a burocratização da função docente se tenha instalado progressivamente nas escolas.

A Direção da APPI aponta uma decisão do âmbito do ensino e da aprendizagem em geral que só pode produzir processos e resultados nefastos nos mesmos: o número de alunos por turma, o que tem vindo a aumentar nos últimos anos. Aponta, também, e já o fez nesta entrevista, a carga horária semanal extremamente reduzida atribuída ao ensino e à aprendizagem das línguas estrangeiras, nomeadamente no 3.º CEB.

**E: A prova de avaliação para os professores contratados será um mal necessário ou um exame que não tem pés nem cabeça?**

**AG:** Com o pretexto de adotar um modelo em prática em alguns países, o Governo decidiu implementar "esta prova de avaliação". A Direção da APPI considera indispensável a avaliação docente, a realizar nas escolas, em serviço, em moldes a definir com critérios substancialmente diversos dos que presidiram a "esta prova de avaliação".

**E: Cortes, mais alunos por turma, mega agrupamentos, possibilidade de transferir mais competências para as câmaras municipais. Medidas inevitáveis num clima de austeridade?**

**AG:** Partindo do princípio de que a educação é um processo de investimento feito hoje, com austeridade ou sem ela, para preparar o amanhã de uma sociedade e de uma nação, a austeridade a praticar não deve comprometer o que se pretende alcançar com esse investimento. Aumentar o número de alunos por turma poderá ser uma medida económica/economicista, mas é do senso comum que a medida não pode manter ou desenvolver a qualidade do ensino e das aprendizagens.

Está por provar, ainda, que os mega-agrupamentos são a melhor solução em termos de operacionalidade e de "espaço de felicidade" para os seus utentes. E as escolas devem, na medida do possível, ser um espaço de relações humanas saudáveis. Sacrificar serviços e pessoas em favor de uma poupança que teimosamente se quer almejar, alegando que se ganha também em operacionalidade, pode comprometer esse espaço relacional.

Quanto à possibilidade de transferir mais competências para as câmaras municipais, não parece à Direção da APPI que a municipalização do ensino seja a solução. Que motivação e saber fazer podem as autarquias invocar para a tarefa? Que condições e processos de gestão podem as autarquias convocar para o terreno?